

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

INFORMÁTICA

1. É correto afirmar sobre um ambiente de Intranet:

- A () É um ambiente livre de qualquer ameaça como vírus e malwares
- B () É um ambiente limitado a até 256 usuários
- C () É um ambiente que não é mais utilizado, foi substituído pela Internet
- D () Nenhuma das alternativas

2. Qual das opções abaixo é verdadeira a respeito da utilização de serviços de Correio eletrônico?

- A () O tamanho máximo de um e-mail que pode ser enviado depende exclusivamente do provedor de e-mail do remetente
- B () O tamanho máximo de um e-mail que pode ser enviado depende exclusivamente do provedor de e-mail do destinatário
- C () Provedores de e-mail podem restringir o tipo de arquivo que pode ser enviado ou recebido
- D () Os provedores de e-mail apagam qualquer mensagem após um prazo de 10 anos

3. Pedro tentou ligar seu computador, mas não aparece nenhuma imagem em seu monitor. É possível afirmar que o computador de Pedro provavelmente está com um problema de:

- A () Hardware
- B () Software
- C () Vírus
- D () Nenhuma das alternativas

4. Qual a tecla de atalho normalmente utilizada pelos navegadores de internet que permitem abrir uma nova aba dentro do próprio navegador?

- A () Control + I
- B () Control + T
- C () Alt + F4
- D () Control + W

5. No aplicativo Microsoft Excel, foi construída a tabela abaixo.

Qual será o resultado ao aplicar a fórmula apresentada abaixo em uma célula?

	A	B	C
1	10	4	2
2	3	6	9
3	5	4	5
4			

=SOMA(A1:C3)

- A () 48
- B () 15
- C () 26
- D () 34

6. No sistema operacional Windows, um arquivo com extensão “.exe” normalmente será um:

- A () Arquivo Excel
- B () Arquivo executável
- C () Arquivo com log de exceções
- D () Arquivo texto

7. No sistema operacional Microsoft Windows, em qual ferramenta ficam centralizadas as opções de configuração do computador, como por exemplo: “Dispositivos e Impressoras”, “Adicionar e Remover Programas” e “Informações sobre o Sistema”?

- A () Menu iniciar
- B () Gerenciador de tarefas
- C () Painel de Controle
- D () Painel de Configurações

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

8. Joana criou uma tabela no Microsoft Excel, e deseja transportar estas informações para dentro de um documento Word, porém de forma que a tabela não seja editável. Qual das opções abaixo pode atendê-la?

A () Após colar a tabela no Word, selecionar a opção “Estático” no menu “Opções de Colagem”

B () Após colar a tabela no Word, selecionar a opção “Imagem” no menu “Opções de Colagem”

C () Após colar a tabela no Word, selecionar a opção “Manter Formatação Original” no menu “Opções de Colagem”

D () Após colar a tabela no Word, selecionar a tabela e clicar no botão com a imagem de um “cadeado” exibido no menu “Inserir”

9. Paula possui alguns arquivos em sua área de trabalho que precisará guardar por alguns anos, e precisa conseguir acessá-los mesmo que ocorra algum problema em seu computador.

Qual das opções abaixo não indica uma alternativa adequada para a realização desta cópia de segurança?

A () Guardar os arquivos em um serviço de armazenamento na “nuvem”

B () Armazenar os arquivos em uma mídia como um “pendrive”

C () Criar um diretório “backup” dentro da área de trabalho

D () Enviar os arquivos para seu e-mail

10. Qual é a função da CPU em um computador?

A () Realizar o processamento das operações que permitem o funcionamento de um computador

B () Armazenar arquivos necessários para o funcionamento de um computador

C () Realizar a interface de conexão com dispositivos sem fio

D () É onde fica armazenado o sistema operacional do computador

LEGISLAÇÃO

11. Assinale a alternativa que apresenta um dos direitos ou deveres individuais e coletivos como tais reconhecidos pela Constituição Federal da República:

A () Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

B () A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

C () Proteção em face da automação, na forma da lei.

D () Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

12. Em relação ao contrato, importante instrumento disciplinado pela Lei nº8666/93, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

() O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos.

() É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.

A () C – C – C

B () E – E – E

C () C – E – C

D () E – C – C

13. No que concerne às modalidades de licitação, a Lei nº14.133/2021 inovou ao introduzir o diálogo competitivo na lei geral de licitações. Sobre essa modalidade licitatória, assinale a alternativa correta.

A () A administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.

B () Os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos os interessados previamente cadastrados.

C () A administração poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou informações sigilosas comunicadas por um licitante independentemente do seu consentimento.

D () O edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas.

14. Os créditos adicionais, previstos na Lei nº 4.320/1964, referem-se às autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Nesse sentido, analise as assertivas abaixo:

I. Os créditos suplementares são aqueles destinados ao reforço de dotação orçamentária.

II. Os créditos extraordinários são aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

III. Os créditos especiais são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Quais estão corretas?

A () Apenas I.

B () Apenas II.

C () Apenas I e III.

D () I, II e III.

15. De acordo com a lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº101/2000), o relatório resumido de execução orçamentária abrange todos os poderes e o ministério público, é publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto pelo balanço orçamentário, que especifica, por categoria econômica:

1. Os limites dos montantes comparativos da despesa total com

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

peçoal, distinguindo a com inativos e a com pensionistas.

2. As receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada.

3. As receitas extraorçamentárias e as operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

4. As despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

A () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

B () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.

C () São corretas as afirmativas 2 e 4.

D () São corretas apenas as afirmativas 1,2 e 3.

16. Trata-se de Lei complementar que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O texto acima refere-se à:

A () Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

B () Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

C () Lei complementar nº 192 de 11 de março de 2022.

D () Lei complementar nº 195 de 08 de julho 2022.

17. Prevê a Lei Federal nº 10.520/02 que na ocasião em que o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido

pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que:

A () Os clientes firmem termo de adesão em até 60 (sessenta) dias.

B () Autorizado pelo Ministério Público competente para fiscalizar a respectiva licitação.

C () Autorização pela respectiva Procuradoria do ente público por meio de parecer jurídico.

D () Autorizado pelo Poder Judiciário atuante na esfera do ente público realizador da licitação.

18.Segundo a Lei 8.429/92, Lei da Improbidade Administrativa, suas disposições aplicam-se:

I. Ao agente político, que exerce cargo público por eleição.

II. Ao servidor público.

III. A qualquer outro agente público, servidor ou não, desde que exerça cargo ou função remunerada.

IV. A qualquer particular, mesmo que não seja agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

De acordo com as assertivas acima, estão corretas as afirmativas previstas na alternativa:

A () I e II e IV

B () I, II e III.

C () I, somente.

D () I, II, III e IV.

19. A lei nº 10406/2002, que institui o Código Civil, estabelece no artigo 40 que as pessoas jurídicas são de direito

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

público, interno ou externo e de Direito Privado. Com relação às pessoas jurídicas de Direito Privado, estão relacionadas no Artigo 44 e transcritas abaixo:

- I. As associações;
- II. As autarquias;
- III. As sociedades;
- IV. As fundações;
- V. As organizações religiosas;
- VI. Os partidos políticos;

Das pessoas jurídicas relacionadas acima, são de direito privado e constam no referido artigo do Código Civil, apenas:

- A () I, II, III, IV e V.
- B () I, II, III, IV e VI.
- C () I, II, IV, V e VI.
- D () I, III, IV, V e VI.

20.A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro serve de guia para a aplicação das normas do ordenamento jurídico brasileiro no país e no exterior. A respeito deste tema, assinale a alternativa correta.

- A () Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- B () A inexistência formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular constitui escusa válida para o seu descumprimento.
- C () O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas apenas em caso de dolo.
- D () A reprimenda não é admitida no direito brasileiro.

21. Analise os dispositivos abaixo, transcritos dos artigos 7º e 8º da lei

nº808 de 10/02/95 que dispõe sobre a criação do Instituto de Previdência do Município de Roseira e assinale a alternativa correta:

- I. As disponibilidades monetárias depositadas em bancos, ou em caixa, oriundas das receitas previstas nesta lei.
 - II. Bens e direitos que o Instituto vier a adquirir.
 - III. As obrigações assumidas ou previstas com o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores estatutários municipais.
 - IV. As obrigações assumidas ou previstas com o custeio do plano de saúde dos servidores inativos e pensionistas da municipalidade e de seus beneficiários.
- A () Apenas I e II constituem o ativo do Instituto.
 - B () I, II e III constituem o ativo do Instituto.
 - C () II, III e IV constituem o passivo do Instituto.
 - D () Apenas II e IV constituem o passivo do Instituto.

22. A Lei Orgânica do Município de Roseira estabelece em seu artigo 4º que compete ao Município de Roseira prever a tudo quanto disser respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privatamente, entre outras, as seguintes atribuições, EXCETO:

- A () Elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais.
- B () Instituir e arrecadar toda espécie de tributos.
- C () Administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os pertencentes a entidades particulares.
- D () Manter serviço de pronto socorro.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

23. Segundo a Lei 809/95, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Roseira, na apuração do tempo de serviço, o período de afastamento do servidor em virtude de faltas abonadas, casamento, licença-prêmio, licença compulsória e licença a servidor acidentado em serviço para tratamento de saúde será considerado:

- A () Falta justificada.
- B () Falta injustificada.
- C () Exercício interrompido.
- D () Efetivo exercício.

24. A Resolução N° 01 de 15 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a regulamentação do trabalho extraordinário realizado pelos servidores da Câmara Municipal de Roseira, Teletrabalho, Registro biométrico de Ponto, Férias e dá outras providências, define a Jornada de Trabalho como:

- A () Registro diário das entradas e saídas do servidor, por meio do qual se verifica a sua frequência.
- B () Horário definido pela chefia superior, indicando os dias e a carga horária de trabalho de cada servidor, para fins de atendimento às necessidades institucionais, dentro do horário de expediente administrativo ou de realização das sessões.
- C () Período estabelecido por lei durante o qual o servidor deverá prestar serviço ou permanecer à disposição do órgão ou da entidade em que possui exercício, com habitualidade.
- D () Período de tempo estabelecido pela Presidência da Câmara Municipal indicando o horário de funcionamento administrativo da Câmara Municipal.

25. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Roseira, aprovado pela Resolução N° 02 de 22 de fevereiro de 2021 define no artigo 99 que as sessões da Câmara serão:

- A () Ordinárias, Extraordinárias, Solenes e Públicas.
- B () Ordinárias, Extraordinárias, Solenes e Especiais.
- C () Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Convocadas
- D () Ordinárias, Extraordinárias, Públicas e Secretas.

26. A Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Roseira é composta de cargos de provimento por Concurso Público e de Livre Nomeação. São cargos com forma de provimento por Concurso Público, os elencados abaixo, EXCETO:

- A () Chefe de Gabinete da Presidência
- B () Oficial Legislativo
- C () Procurador Jurídico
- D () Oficial de Comunicação e Plenário

27. A Resolução N° 07/2022 que regulamenta a aplicação da Lei Federal N° 14.133/2021 estabelece no artigo 47 que "Os servidores da Câmara Municipal, designados para o cumprimento das atribuições estabelecidas nesta Resolução, deverão, obrigatoriamente, no cumprimento de suas obrigações, se valer dos meios oficiais de comunicação a serem disponibilizados pela Câmara Municipal quando das tratativas com os fornecedores de produtos e prestadores de serviços, de modo a garantir o registro das tratativas e a transparência dos atos públicos, especialmente:

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

I. Envio e recebimento de documentos exclusivamente pelo e-mail institucional do órgão público.

II. Recebimento e realização de chamadas telefônicas com os aparelhos instalados nas dependências do órgão público.

III. Envio e recebimento de mensagens por aplicativos exclusivamente por smartphones e linha telefônica disponibilizada pelo órgão público.

IV. Envio e recebimento de documentos pelo Correio.

Constam do texto da Resolução N°07/2022 da Câmara Municipal de Roseira, apenas as afirmativas:

A () I, II e III

B () I, II e IV

C () I, III e IV

D () II, III e IV

28. O artigo 5° do Ato N°08/2019 da Câmara Municipal de Roseira, que regulamenta a elaboração, o requerimento e emissão de pareceres técnicos emitidos pela Procuradoria Jurídica do Poder Legislativo, estabelece que possuem legitimidade para requerer a emissão de Parecer Jurídico, EXCETO

A () Prefeito Municipal.

B () Presidência da Câmara.

C () Vereadores.

D () Membros das Comissões Permanentes e Provisórias da Câmara Municipal.

29. A Lei N° 1597 de 09/05/2018 alterou o artigo 123 da Lei Municipal N° 809/95 que passou a vigorar com a redação abaixo: "Art. 123 - Pagar-se-á o Adicional de 5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) e

30 (trinta) por cento sobre o vencimento ou remuneração do servidor que completar, respectivamente, ____, ____, ____, ____, __ e __ anos de serviço municipal, ao qual se incorpora automaticamente.

Complete o texto do artigo acima, escolhendo a alternativa que o preenche corretamente.

A () 3, 6, 9, 12, 15 e 18

B () 5, 10, 15, 20, 25 e 30

C () 3, 6, 10, 15, 20 e 25

D () 5, 7, 9, 11, 13 e 15

30. Sobre a composição da Mesa da Câmara, o Regimento Interno determina que a Mesa é o órgão diretivo, executivo e disciplinador de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara e compor-se-á do:

A () Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo.

B () Presidente, Secretário Executivo e Oficial Legislativo.

C () Presidente, Coordenador Legislativo, Secretário Pleno e Secretário Substituto.

D () Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela administração direta ocorre a descentralização administrativa. Sobre as autarquias, é correto afirmar que são: A () A personificação de um patrimônio ao qual é atribuída uma finalidade específica não lucrativa, de cunho social.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

B () Pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração indireta, instituídas pelo Poder Público, mediante autorização específica, sob qualquer forma jurídica e com capital exclusivamente público, para a exploração de atividades econômicas ou para a prestação de serviço público.

C () Entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais determinadas.

D () Pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração indireta, instituídas pelo Poder Público, mediante autorização de lei específica, sob a forma de sociedade anônima, com participação obrigatória de capital privado e público, sendo da pessoa jurídica instituidora ou de entidade da respectiva administração indireta o controle acionário, para a exploração de atividades econômicas ou para a prestação de serviço público.

32. A administração pública se sujeita a controle com a finalidade de assegurar que atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, fidelidade, pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa. Sobre o controle administrativo, assinale a alternativa correta:

A () Quanto ao momento o controle pode ser prévio, concomitante ou posterior. O controle concomitante tem

por objetivo rever os atos já praticados, para corrigi-los, desfazê-los ou apenas confirmá-los; abrange atos como os de aprovação, homologação, anulação, revogação, convalidação.

B () O controle da Administração Pública pode ser apenas para apreciação de legalidade e não de mérito.

C () O controle interno é feito, normalmente, pelo sistema de auditoria, que acompanha a execução do orçamento, verifica a legalidade na aplicação do dinheiro público e auxilia o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

D () A Administração Pública somente se sujeita a controle administrativo e judicial.

33. De acordo com a Constituição Federal, a proteção ambiental, abrange os aspectos naturais, artificiais, culturais e trabalhistas do ambiente, referindo-se a interesses difusos e coletivos. Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

A () O meio ambiente natural é objeto de tutela quando se afirma a proteção de elementos bióticos da biosfera.

B () O meio ambiente artificial refere-se a espaços ocupados pelos seres humanos, podendo ser rurais ou urbanos.

C () O meio ambiente do trabalho, tutelado pelo direito ambiental, refere-se a relações trabalhistas remuneradas, em ambiente público ou privado.

D () O meio ambiente cultural corresponde a costumes do povo brasileiro, abrangido pelo direito ambiental por conter valor especial e convicção de obrigatoriedade.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

34. É correto afirmar, considerando o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que licenciamento ambiental é:

A () Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia, exclusivamente, a localização, instalação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

B () Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

C () Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

D () Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia, exclusivamente, a localização, instalação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente

poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

35. De acordo com o Código Civil Brasileiro, em relação aos atos ilícitos, considere os itens I, II e III abaixo:

I. Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

II. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

III. Os atos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido não são ilícitos.

Estão CORRETOS:

A () Somente o item I

B () Somente os itens I e II

C () Somente os itens I e III

D () Somente os itens II e III.

36. São formas de extinção da obrigação segundo o Código Civil Brasileiro, EXCETO:

A () Confusão

B () Consignação

C () Cessão

D () Compensação

37. Compete aos Municípios, entre outros, segundo o artigo 30 da Constituição Federal:

A () Proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

B () Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

C () Proteger a infância e a juventude.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

D () estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

38. Em relação à ação direta de inconstitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que:

A () Se uma lei distrital contrariar a Lei Orgânica do Distrito Federal não será possível ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pois a lei orgânica não possui status de constituição Estadual.

B () Caso uma lei municipal contrarie a Constituição Federal, não caberá ação direta de inconstitucionalidade, nem para o STF e nem para o Tribunal de Justiça Estadual, mas caberá Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental para o STF.

C () Caso uma lei municipal contrarie a Lei Orgânica do Município, será possível ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

D () Somente o STF é competente para julgar ação direta de inconstitucionalidade genérica sobre lei ou ato normativo federal ou estadual.

39. Em matéria referente ao meio ambiente, no tocante à responsabilidade civil, é correto afirmar que :

A () Somente se comprovado a existência de culpa ou dolo, o poluidor será obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

B () Somente nos casos em que demonstrado a culpa do poluidor, o Ministério Público da União e dos Estados terão legitimidade para propor

ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente.

C () Os transgressores das normas ambientais, ainda que tenham dado cumprimento às medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados ao meio ambiente, sujeitam-se à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

D () O não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público.

40. Referente ao Mandado de Segurança assinale a alternativa correta:

A () O direito de requerer Mandado de Segurança extingue-se após transcorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da prática do ato impugnado.

B () São cabíveis, no processo de Mandado de Segurança, a interposição de agravo de instrumento e embargos infringentes.

C () O pedido de Mandado de Segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, ainda que a decisão denegatória lhe tenha apreciado o mérito.

D () Deferida a medida liminar em Mandado de Segurança, o processo terá prioridade para julgamento.

41. Em relação ao aviso prévio, de acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

I. O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.

II. O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

III. O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de três horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

Estão CORRETOS:

- A () Somente I e II.
B () Somente I e III.
C () Somente II e III.
D () I, II e III.

42. O direito de reclamar contra o não recolhimento de contribuição para o FGTS tem prescrição:

- A () Quinquenal, observando-se os casos em que o prazo prescricional já estava em curso até 13.11.2014.
B () Quinquenal, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho, para os casos em que a ciência da lesão ocorreu até 13.11.2014.
C () Quinquenal, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho, para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13.11.2014.
D () Trintenária, observando-se os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014.

43. No que se refere ao orçamento público, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I. Através do orçamento público, o Estado pode estimular ou desestimular a produção, o consumo e o investimento, de modo a intervir na economia, direta ou indiretamente, com o fim de atender os desideratos estatais e as contingências a que o mercado está sujeito.

II. O estudo do orçamento público é condição primordial para se entender o direito financeiro, pois qualquer ação do Estado necessariamente perpassa por reflexos financeiros, sendo o orçamento o início e o fim de toda ação estatal.

III. O orçamento público tem, modernamente, caráter político, econômico, contábil e jurídico.

- A () Apenas os itens II e III são verdadeiros.
B () Apenas o item I é verdadeiro.
C () Apenas o item II é verdadeiro.
D () Todos os itens são verdadeiros.

44. Quanto à elaboração da Lei Orçamentária, nos termos das normas que regulam o tema, se o Poder Legislativo não receber a proposta do Orçamento no prazo fixado na Constituição ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, deverá:

- A () Considerar como proposta a Lei do Orçamento vigente.
B () Considerar como proposta a que for apresentada por qualquer de seus membros.
C () Elaborar a proposta no prazo máximo de cento e oitenta dias antes do término do exercício financeiro.
D () Convocar, em trinta dias, o Conselho participativo a fim de que apresente a proposta.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

45. No que se refere aos crimes contra a administração pública, de acordo com o Código Penal, configura-se:

A () Corrupção ativa: solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

B () Desacato: desobedecer a ordem legal de funcionário público.

C () Resistência: desobedecer a ordem legal de funcionário público.

D () Prevaricação: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

46. Em relação aos crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, de acordo com o que dispõe o Decreto-Lei nº 201/67, assinale a alternativa correta:

A () A condenação definitiva em qualquer dos crimes de responsabilidade, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de oito anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público.

B () Do despacho concessivo ou denegatório de prisão preventiva, ou de afastamento do cargo do acusado, caberá recurso em sentido estrito para o Tribunal competente, no prazo de cinco dias, em autos apartados.

C () Aquele que utilizar-se indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos será punido com pena de detenção de três meses a três anos.

D () A Câmara somente poderá cassar o mandato de Vereador, se este fixar residência fora do Município.

47. Observe as afirmativas I, II, III e IV. De acordo com o Código de Processo Civil, suspende-se o processo:

I. Apenas pela morte. A perda da capacidade processual de qualquer das partes não é capaz de suspender o processo.

II. Pela convenção das partes.

III. Pela arguição de impedimento ou de suspeição.

IV. Quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente. Estão CORRETAS as afirmativas:

A () Apenas II, III e IV.

B () Apenas III.

C () Apenas III e IV.

D () Apenas I e II.

48. Em relação aos Atos Processuais, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale com C os itens corretos, com I os incorretos e marque a alternativa correspondente.

() Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes, plenamente capazes, estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes, ou durante o processo.

() De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023
PROCURADOR JURÍDICO

() Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa e expressões em latim.

() O documento redigido em língua estrangeira, somente poderá ser juntado aos autos, quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática, pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.

A () C-C-I-C.

B () I-C-I-C.

C () I-C-C-I.

D () C-C-C-C.

49. Conforme expressa previsão do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172/1966), assinale a alternativa correta sobre as garantias e os privilégios de crédito tributário:

A () A multa tributária, na falência, prefere tanto os créditos quirografários quanto os subordinados.

B () O juiz pode determinar a indisponibilidade de bens e direitos do executado, em momento anterior à citação, para que se previna a garantia do juízo no âmbito da execução fiscal.

C () Os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência são considerados créditos extraconcursais.

D () A totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo gravados por ônus 'real, incluídos os considerados por força da lei civil como absolutamente impenhoráveis, responde pelo pagamento do crédito tributário.

50. Acerca da competência tributária, nos termos do Código Tributário Nacional, está correto:

A () A competência tributária pode ser delegável, como a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

B () O não exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

C () Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

D () A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, incluídas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios.